



3º Simulado Especial

SEFAZ PI

Cargo: A01 - Agente de
Tributos – Especialidade:
Área Geral - Pós-Edital

Simulado

3º Simulado Especial SEFAZ-PI (Agente de Tributos - Área Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente de Tributos - Área Geral do SEFAZ-PI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/87vAMyTxnAYbUXtYA>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Bzd2>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***O mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade**

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada.

Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz¹, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

(ADAPTADO - SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 17-18.)

Observações:

1. veraz: que diz a verdade; verídico.

1. Defende-se no texto a ideia de que

- a) o progresso técnico-científico proporcionou maior precisão na percepção da realidade, mas, ao mesmo tempo, criou uma confusão inevitável e estrutural ao mundo moderno.
- b) a globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias são responsáveis por tornar o mundo mais claro e compreensível.
- c) a aceleração da vida moderna é causada exclusivamente pelo avanço da tecnologia.
- d) embora os avanços técnicos tenham transformado o mundo físico, a origem da confusão atual reside na forma como se estrutura a história humana.
- e) é impossível escapar à convicção de que esse mundo confusamente percebido seja verdadeiro.

2. Da leitura do último parágrafo do texto, é possível inferir que a proposta sobre os “três mundos” indica que

- a) a crítica do autor se restringe ao mundo tal como ele é, uma vez que considera a globalização real como neutra e isenta de perversidade.
- b) o mundo como ele realmente é coincide com a forma como nos é apresentado, apesar de a percepção dominante ser fragmentada.
- c) a realidade global é multifacetada, e compreendê-la exige reconhecer tanto as manipulações ideológicas quanto as possibilidades de transformação social.
- d) não existe alternativa viável à globalização tal como ela se apresenta hoje, pois qualquer outra proposta seria utópica.
- e) a percepção enganosa da globalização decorre dessa divisão.

3. Atentando-se para as normas gramaticais, está plenamente clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- a) O autor defende uma visão crítica da globalização, onde denuncia a existência de múltiplas realidades e propõe alternativas.
- b) Para o autor, a realidade não resume-se a um único modelo de mundo, mas sim numa construção plural, a qual pressupõe a crítica como elemento fundamental.
- c) No texto, é possível observar que o progresso técnico-científico, apesar dos benefícios, contribuem para o obscurecimento da realidade.
- d) Segundo Santos, a globalização representa uma perversidade, sendo esta resultado de um processo cujo privilegia a produção simbólica e subordina o imaginário coletivo à interesses econômicos.
- e) A análise do autor se apoia na constatação de que a percepção da realidade globalizada é manipulada por forças discursivas, cujos interesses convergem para manter o *status quo*.

4. Considerado o contexto, o trecho em que a forma verbal sublinhada indica uma hipótese está em:

- a) Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido.
- b) Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação?
- c) referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria.
- d) cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso.
- e) Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz.

(...) a globalização como fábula; (último parágrafo)

5. A expressão sublinhada acima pode ser interpretada como sinônimo de:

- a) narrativa inspiradora e fortalecedora da união entre os povos.
- b) história racional e objetiva, baseada em dados concretos sobre a realidade.

- c) narrativa crítica que denuncia uma representação distorcida da realidade.
- d) história fictícia desprovida de qualquer relação com o mundo real.
- e) relato mitológico sobre o surgimento das sociedades modernas e seus valores universais.

De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas. (1º parágrafo)

6. Transpondo-se o fragmento acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante deverá ser:

- a) menciona-se
- b) mencionou-se
- c) será mencionado
- d) mencionam-se
- e) menciona

[OS AFRO-BRASILEIROS]

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Conscritos nos guetos de escravidão é que os negros brasileiros participam e fazem o Brasil participar da civilização de seu tempo. Apresados aos quinze anos em sua terra, como se fossem caças apanhadas em armadilhas, eles eram arrastados pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Escapando vivos à travessia, caíam no mercado, no lado de cá, onde eram examinados como se fossem cavalos magros.

O negro escravizado, perebento e enfermo, vivia a sua rotina: sofrer todo o dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado

com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado¹ com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso.

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.

(In: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 102-108. *Adaptado.*)

Observações:

1. peado: preso; atado.

7. Está correto o seguinte comentário sobre o texto:

- a) O autor sugere que os brasileiros, por não terem vivenciado diretamente a escravidão, não herdaram nenhuma consequência emocional ou moral desse passado violento.
- b) O texto afirma que a brutalidade da escravidão ficou restrita ao passado, e que a sociedade brasileira atual já superou totalmente esses traços históricos.
- c) Os dois últimos parágrafos destacam que a herança da escravidão moldou a identidade brasileira, combinando traços de sensibilidade e violência, cujos efeitos ainda se manifestam, especialmente

na forma de racismo e autoritarismo contra os mais pobres.

- d) A mensagem central dos parágrafos finais é que a escravidão deixou marcas apenas nos descendentes dos escravizados, que até hoje carregam o sofrimento de seus antepassados, enquanto os demais brasileiros não são afetados por esse legado.
- e) O autor propõe que a única saída para a superação da brutalidade herdada da escravidão seria a anulação completa da memória do período escravocrata na formação do Brasil.

8. Entre as estratégias argumentativas utilizadas pelo autor na elaboração do texto pode-se reconhecer que

- a) o texto utiliza predominantemente argumentos de autoridade, baseando-se em obras historiográficas para apresentar uma visão objetiva sobre a escravidão no Brasil.
- b) a argumentação do texto é centrada na apologia à miscigenação, destacando-a como símbolo de superação das desigualdades herdadas da escravidão.
- c) o texto faz uso principal de um recurso narrativo ficcional, adotando personagens e enredos simbólicos para abordar o tema da escravidão.
- d) o autor adota uma postura puramente descritiva e informativa, evitando qualquer julgamento ou posicionamento subjetivo sobre o passado escravocrata do país.
- e) o recurso argumentativo central é o apelo à emoção, com descrições impactantes da violência escravagista, associadas a uma crítica moral e política sobre a persistência dessa herança na sociedade brasileira contemporânea.

9. Em “*A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos*”, a vírgula após ‘brutal’
- é obrigatória, pois separa dois sujeitos compostos de uma mesma oração coordenada sindética aditiva.
 - é opcional, pois separa um adjunto adverbial deslocado que poderia estar ao final da oração.
 - está empregada corretamente, pois isola uma oração subordinada adjetiva explicativa iniciada por “que também somos”, que se refere a todo o grupo nominal anterior.
 - é inadequada, pois separa o sujeito do predicado, o que contraria a norma culta.
 - poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical ou semântico, pois se trata de uma pausa estilística, e não de uma exigência sintática.
10. A partir do uso do conector “porém”, é correto afirmar que:
- Estabelece uma oposição entre a persistência da violência e a possibilidade de transformação social a partir da indignação coletiva.
 - Introduz uma conclusão, retomando a ideia anterior para reafirmar que a brutalidade permanece como traço imutável do caráter nacional.
 - Indica adição de uma consequência ao argumento anterior, reforçando o caráter inevitável da repetição histórica da violência.
 - Introduz uma explicação, esclarecendo o motivo pelo qual a brutalidade se manifesta em autoridades brasileiras contemporâneas.
 - Estabelece uma alternância entre dois caminhos possíveis: perpetuação da violência ou construção de uma sociedade solidária.

Atenção: Para responder às questões de números **11** a **14**, considere o texto abaixo.

PREFÁCIO

Para mim, como médico, a riqueza da natureza deve ser estudada no fenômeno da saúde e das doenças, nas infinitas formas de adaptação individual com que organismos humanos, as pessoas, se reconstróem diante dos desafios e vicissitudes da vida. Nessa perspectiva, deficiências, distúrbios e doenças podem ter um papel paradoxal, revelando poderes latentes, desenvolvimentos, evoluções, formas de vida que talvez nunca fossem vistos, ou mesmo imaginados, na ausência desses males. É o paradoxo da doença, seu potencial criativo. Assim como é possível ficar horrorizado com a devastação causada por doenças ou distúrbios de desenvolvimento, por vezes também podemos vê-los como criativos já que, se por um lado destroem caminhos precisos, certas maneiras de executarmos coisas, podem, por outro, forçar o sistema nervoso a buscar caminhos e maneiras diferentes, forçá-lo a um inesperado crescimento e evolução. Esse outro lado do desenvolvimento ou da doença é o que vejo, potencialmente, em quase todo paciente.

A enfermidade implica uma contração da vida, mas tais contrações não precisam ocorrer. Ao que me parece, quase todos os meus pacientes, quaisquer que sejam os seus problemas, buscam a vida – e não apenas a despeito de suas condições, mas por causa delas e até mesmo com sua ajuda. Para o médico, o estudo da doença exige o estudo da identidade, os mundos interiores que os pacientes criam sob o impulso da doença. Mas a realidade dos pacientes, as formas como eles e seus cérebros constroem seus próprios mundos, não pode ser totalmente compreendida pela observação do comportamento, do exterior. Não tento me colocar do lado de fora do homem. Tento me colocar no seu interior. A exploração de identidades e mundos profundamente alterados não é algo que se possa fazer inteiramente num consultório.

(SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**: sete histórias paradoxais. Trad. Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 12-17. Adaptado.)

11. Vai ao encontro de ideia presente no texto o seguinte comentário:

- a) A doença é um fator exclusivamente limitador, que impede o desenvolvimento pleno do ser humano.
- b) A doença, ao comprometer o organismo, revela a fragilidade absoluta da condição humana.
- c) O autor rejeita a ideia de que a doença tenha qualquer papel construtivo, pois ela limita a funcionalidade do indivíduo.
- d) O paradoxo da doença reside no fato de que sua imprevisibilidade impede qualquer abordagem terapêutica eficaz.
- e) A doença pode ser vista não apenas como destrutiva, mas como uma força que promove reorganizações criativas no ser humano.

12. Está correta a redação do comentário, baseado em ideias do texto, que se encontra em:

- a) A doença, embora traga sofrimento, podem também atuar como catalisadora de processos evolutivos internos e de adaptações cognitivas inesperadas.
- b) Na visão do autor, é importante que o médico tente compreender os pacientes para além do que se observa, adentrando em seus mundos interiores que são, muitas vezes, inacessíveis externamente.
- c) Mesmo sendo as enfermidades responsáveis por contrações existenciais, a busca pela vida permanece presente nos pacientes, a qual nem sempre se dá apesar dessas condições, mas sim por causa delas.
- d) Ao se deparar com os distúrbios, o sistema nervoso é forçado a encontrar novas formas de funcionamento, as quais revela potenciais que, em situações normais, não se manifestariam.
- e) O autor propõe que o médico deve se por no interior do paciente, visto que a observação exterior não abarca todas as complexidades da experiência da doença vivida.

13. Considere estas orações:

- I. A doença pode revelar potenciais ocultos.
- II. O médico observa a singularidade de cada paciente.
- III. A adaptação é uma resposta à adversidade.

Essas orações articulam-se de modo claro, coerente e correto neste período único:

- a) A doença revela potenciais que podem estar ocultos, porque o médico observa a singularidade de cada paciente, e a adaptação sendo uma resposta que ele enfrenta diante das adversidades.
- b) O médico observa a singularidade de cada paciente ao perceber que a adaptação se dá como uma resposta à adversidade, já que a doença podendo revelar potenciais até então ocultos.
- c) A adaptação é uma resposta à adversidade, a qual o médico observa como sendo a doença que revela potenciais ocultos nos pacientes singulares.
- d) A doença pode revelar potenciais ocultos, e o médico, ao observar a singularidade de cada paciente, reconhece que a adaptação é uma resposta à adversidade.
- e) O médico, ao revelar potenciais ocultos da doença e a adaptação dos pacientes, observa a adversidade que singulariza cada resposta.

14. Atentando-se para aspectos de construção sintática do texto, observa-se:

- a) O termo “se reconstroem” (1º parágrafo) configura-se como um verbo pronominal, em que o pronome “se” funciona como índice de indeterminação do sujeito, conferindo impessoalidade à ação.
- b) A oração “assim como é possível ficar horrorizado com a devastação...” (1º parágrafo) é subordinada causal, já que expressa a razão pela qual certos distúrbios podem ser considerados criativos.
- c) No trecho “formas de vida que talvez nunca fossem vistos” (1º parágrafo), não há um desvio de concordância entre o referente do pronome relativo, o verbo e seu adjetivo.
- d) A oração “ao que me parece, quase todos os meus pacientes [...] buscam a vida” (2º parágrafo) apresenta estrutura expletiva, em que a oração subordinada adjetiva tem função de sujeito do verbo principal.
- e) A frase “não tento me colocar do lado de fora do homem” (2º parágrafo) apresenta uma oração subordinada condicional implícita, já que expressa uma hipótese em relação ao posicionamento do médico.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

15. João das Couves aplicou determinado capital com uma taxa de 1,5% ao mês, a juro simples, e recebeu R\$ 90,00 de juros após 6 meses. Se João das Couves tivesse colocado R\$ 400,00 a mais nessa mesma aplicação, pelo mesmo tempo, o juro recebido superaria o juro anterior em

- a) R\$ 40,00
b) R\$ 38,00
c) R\$ 36,00
d) R\$ 34,00
e) R\$ 32,00

16. Agiotêncio emprestou para seu amigo um capital à taxa de juros de 40% ao ano, capitalizados semestralmente. O tempo, em anos, necessário para que Agiotêncio tenha o seu capital triplicado é de, aproximadamente:

Dado:

$$\log 1,2 \cong 0,079$$

$$\log 1,4 \cong 0,146$$

$$\log 2 \cong 0,301$$

$$\log 3 \cong 0,477$$

- a) 1,90
b) 2,06
c) 3,02
d) 3,28
e) 3,81

17. Um esquema de pirâmide financeira oferece às vítimas uma suposta aplicação com taxa nominal de 48% ao ano com capitalização trimestral. A taxa efetiva semestral dessa aplicação é:

- a) 24,00%
b) 25,44%
c) 25,84%
d) 26,25%
e) 26,82%

18. João aplicou R\$ 10.000,00 em um investimento que rende 5% ao semestre em regime de juros compostos. Sabendo-se que esse capital será resgatado após um ano e que será descontado 10% de imposto sobre os juros obtidos, a taxa efetiva de juros no período da aplicação foi de, aproximadamente:

- a) 9,2%
b) 9,4%
c) 9,5%
d) 9,6%
e) 9,8%

19. Uma loja vende uma máquina de lavar roupas por R\$ 3.000, podendo esse valor ser pago em três prestações iguais e mensais, sendo a primeira no ato da compra (entrada) e as duas restantes nos meses seguintes. Um cliente propôs o pagamento das duas primeiras parcelas iguais e uma terceira parcela de R\$ 2.000.

Nesse caso, qual será o valor de cada uma das duas primeiras parcelas se a taxa de juros compostos adotada pela loja é de 8% ao mês?

Dados: $1,08^{-1} = 0,9259$. $1,08^{-2} = 0,8573$. $1,08^{-3} = 0,7938$.

- a) R\$ 522,54
- b) R\$ 554,86
- c) R\$ 572,10
- d) R\$ 596,64
- e) R\$ 612,45

20. João obteve um empréstimo que deverá ser quitado por meio de 30 prestações mensais e consecutivas por meio do Sistema de Amortização Constante (SAC), com a primeira prestação vencendo no mês imediatamente seguinte à contratação do empréstimo. Sabendo-se que a décima prestação será igual a R\$ 7.100,00 e que, incluído nesse valor, R\$ 5.000,00 correspondem à amortização, o valor da vigésima prestação será igual a:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.050,00.
- c) R\$ 6.100,00.
- d) R\$ 6.150,00.
- e) R\$ 6.200,00.

21. Descontado 2 meses antes de seu vencimento, um título apresentou um desconto no valor de R\$ 2.250,00. Se a operação realizada foi a do desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor nominal deste título é de

- a) R\$ 42.000,00

- b) R\$ 43.710,00
- c) R\$ 45.370,00
- d) R\$ 46.200,00
- e) R\$ 47.250,00

22. Na compra de um imóvel cujo preço à vista é de V reais, uma pessoa entrega um imóvel de menor valor, avaliado em M reais, para abater desse preço à vista. O saldo restante deverá ser pago por meio de uma entrada de E reais e mais n prestações mensais postecipadas de P reais cada. Considerando-se juros nominais de $i\%$ ao ano capitalizados mensalmente, o valor da entrada deverá ser de:

a) $E = V - M - P \times \frac{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^n - 1}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^n \times \frac{i}{100}}$

b) $E = V - M - P \times \frac{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^n - 1}{\frac{i}{100}}$

c) $E = V - M - P \times \frac{\left(1 + \frac{i}{1200}\right)^n - 1}{\left(1 + \frac{i}{1200}\right)^n \times \frac{i}{1200}}$

d) $E = V - M - P \times \frac{\left(1 + \frac{i}{1200}\right)^n - 1}{\frac{i}{1200}}$

e) $E = V - M - P \times \frac{\left(1 + \frac{i}{1200}\right)^n \times \frac{i}{1200}}{\left(1 + \frac{i}{1200}\right)^n - 1}$

23. Joaquim tem um capital investido cuja remuneração, em regime de juros compostos, é de 3% ao mês. Esse capital investido permite que Joaquim realize retiradas mensais ao longo de 50 anos que crescem 1% ao mês, sendo R\$ 10.000,00 o valor a ser recebido no primeiro mês.

O montante acumulado, no momento da primeira retirada, era de

- a) R\$ 515.000,00
- b) R\$ 820.000,00
- c) R\$ 1.050.000,00
- d) R\$ 1.500.000,00
- e) R\$ 2.200.000,00

24. Considere um investimento com desembolso inicial de R\$ 4.600,00 e com fluxo de caixa positivo nos três primeiros meses. Sabendo-se que no segundo e no terceiro mês os fluxos de caixa são de R\$ 2.420,00 e R\$ 2.662,00 e que a taxa interna de retorno do investimento é de 10%, o fluxo de caixa referente ao primeiro mês é:

- a) R\$ 2.200,00
- b) R\$ 2.000,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 660,00
- e) R\$ 240,00

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

25. A filósofa Márcia entra numa livraria e compra um livro sobre Kant. O livro custa 80 reais e a Márcia paga com uma nota de 100 reais. Sem troco, Juvenal, o dono da livraria, vai até a barbearia e troca a nota de 100 por 5 notas de 20 reais. Márcia leva o livro de Kant e 1 nota de 20 reais. Em seguida, na livraria, entra o barbeiro furioso dizendo que a nota de 100 reais é falsa. Resignado, Juvenal troca a nota falsa por outra de 100, verdadeira. O prejuízo de Juvenal, em reais, SEM CONTAR O VALOR DO LIVRO, foi de:

- a) 20
- b) 80
- c) 100
- d) 120
- e) 180

26. Em uma missão, a equipe é formada por 6 soldados, 5 cabos e 4 sargentos. Serão escolhidos 4 militares de modo que haja pelo menos um militar de cada patente.

A quantidade de diferentes equipes que podem participar da missão é igual a:

- a) 400.
- b) 720.
- c) 640.
- d) 900.
- e) 1080.

Os eventos A e B são tais que $P(A) = 0,5$ e $P(B) = 0,9$.

Resolva as questões **27** e **28**

27. Das opções abaixo, qual é a única que pode representar a $P(A \cap B)$?

- a) 25%
- b) 36%
- c) 42%
- d) 54%
- e) 60%

28. Se A e B forem eventos independentes, calcule $P(A \cup B)$.

- a) 82%
- b) 88%
- c) 90%
- d) 92%
- e) 95%

29. CH afirmou que todos os cadernos guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado. Mais tarde, ele percebeu que havia se enganado em relação à sua afirmação, o que permite concluir que:

- a) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado.
- b) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou todos eles foram usados.
- c) os novelos de caderno não são coloridos e já foram usados.
- d) os cadernos da gaveta não são coloridos e algum deles já foi usado.
- e) existem cadernos brancos na gaveta e eles já foram usados.

No histórico contábil da empresa GOLDEN GREEN, durante 10 anos (de 2015 a 2024), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com matéria-prima (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y = \alpha + \beta X + \varepsilon$, foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e investimento em pesquisa de 2015 a 2024 foram, em milhões de reais, iguais a 720 e 120, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 4.

Diante do exposto, resolva as questões **30** e **31**:

30. A estimativa para o coeficiente linear, em milhões de reais, é igual a:

- a) 20
- b) 22
- c) 24
- d) 26
- e) 30

31. A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa GOLDEN GREEN investiu em matéria-prima, nesse ano, 10 milhões de reais, é, em milhões de reais, igual a:

- a) 60
- b) 64
- c) 72
- d) 80
- e) 84

Um estudo revelou que o número de acidentes diários em certa região pode ser modelado por uma variável aleatória X com distribuição de Poisson com média de λ acidentes por dia. Sabe-se que a probabilidade de ocorrerem, diariamente, 3 acidentes é igual a probabilidade de ocorrerem 4 acidentes.

Baseado no texto, faça as questões **32** e **33**:

32. Calculando-se o valor de λ , obtemos:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

33. Nessas condições, a probabilidade de, em um determinado dia, ocorrerem pelo menos 2 acidentes é igual a:

$$\text{Dados: } e^{-2} = 0,135; \quad e^{-4} = 0,018.$$

- a) 91%
- b) 95%
- c) 87%
- d) 80%
- e) 97%

34. A estatística Corujinha fez um estudo e constatou, em uma amostra aleatória de 100 valores de relógios em uma relojoaria famosa, um valor médio de R\$ 1.200,00. O desvio padrão da população é de R\$ 500,00. Seja Z_α o escore da curva normal padrão tal que $P(Z < Z_\alpha) = \alpha$, H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 1100$) e H_1 a hipótese alternativa ($\mu > 1100$).

O valor da estatística teste referente ao valor médio encontrado para a amostra e necessário para a comparação com Z_α é igual:

- a) 3,6
- b) 2,0
- c) 1,5
- d) 1,2
- e) 2,4

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

35. O governador de um Estado deseja que a filha, com 21 anos recém completados, seja candidata ao cargo de prefeita do Município de Cafundolândia do Oeste, situado no território do Estado por ele governado.

De acordo com a CF:

- a) a filha é inelegível.
- b) a filha é elegível, se for candidata à reeleição.
- c) a filha é elegível.
- d) a filha é inelegível, salvo se renunciar ao mandato antes de 6 meses da data do pleito.
- e) não há dados para afirmar a elegibilidade ou inelegibilidade da filha.

36. A propositura da ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual pela Mesa do Congresso Nacional:

- a) é possível e a ação será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
- b) é possível e a ação será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o Advogado-Geral da União será citado para defender a lei impugnada.
- c) não é possível, por faltar-lhe legitimidade.
- d) é possível e será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, sem a necessidade de oitiva do Procurador-Geral da República.
- e) não é possível, por se tratar de lei estadual.

37. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), lei estadual que disponha sobre a contratação de aprendizes por empresas que participem do Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Estado será:

- a) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- b) constitucional, por legislar de modo a atender a suas peculiaridades em matéria de competência concorrente.
- c) constitucional, desde que se trate de lei complementar e que se restrinja a questões específicas da matéria.
- d) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação perante o STF, uma vez que contraria tese fixada em sede de repercussão geral.
- e) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação perante o STF, uma vez que contraria súmula vinculante existente sobre a matéria.

38. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às.

- a) súmulas vinculantes.
- b) leis ordinárias.
- c) leis complementares.
- d) emendas constitucionais.
- e) normas constitucionais originárias.

39. A respeito do Sistema Tributário e da Ordem Econômica, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- b) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, excetuadas suas organizações assistenciais e beneficentes.
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- d) É vedada a concessão de tratamento beneficiado às empresas de pequeno porte.
- e) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos.

40. É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a:

- a) direito do trabalho.
- b) direito civil.
- c) carreiras dos servidores do Executivo federal.
- d) carreiras do Judiciário.
- e) matéria de lei ordinária.

41. Compete aos Estados legislar validamente sobre:

- a) direito comercial.
- b) gás canalizado.
- c) registros públicos.
- d) direito marítimo.
- e) proteção de dados pessoais.

42. Pode-se afirmar que as propostas de emenda à Constituição devem ser aprovadas:

- a) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros.
- b) em três turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros.
- c) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 2/3 dos respectivos membros.
- d) em um turno de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros.
- e) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável da maioria absoluta dos respectivos membros.

43. A respeito da atuação do Estado na Constituição Federal e sobre o domínio econômico, julgue os itens a seguir:

- I - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- II - As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- III - As estatais que atuem em regime concorrencial sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) I e III
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

44. A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

- I - A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.
- II - O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III - Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

45. Um determinado Estado, no contexto de sua estrutura administrativa, estuda a criação de uma pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto sejam detidas majoritariamente por esse ente federativo, com o propósito de explorar atividade econômica de relevante interesse público.

Considerando as entidades que compõem a Administração Direta e a Administração Indireta, assinale aquela que corresponde à situação descrita:

- a) uma entidade do terceiro setor, integrante da Administração Indireta.
- b) uma empresa pública, integrante da Administração Direta.
- c) uma autarquia, integrante da Administração Indireta.
- d) uma sociedade de economia mista, integrante da Administração Indireta.
- e) uma fundação de direito privado, integrante da Administração Direta.

46. No direito administrativo contemporâneo, os instrumentos consensuais têm se destacado por serem mecanismos especialmente aptos a promover, de forma mais eficaz, o interesse público. Essa visão decorre de uma nova interpretação de um princípio da Administração Pública que, embora não esteja expressamente previsto, encontra-se implícito na Constituição.

O princípio em questão é o da:

- a) indisponibilidade do interesse público.
- b) legalidade.
- c) publicidade.
- d) eficiência.
- e) moralidade.

47. A ouvidoria de um determinado órgão recebeu diversas reclamações acerca de inconsistências na análise de certo processo. Para apurar as falhas, a chefia da unidade responsável convocou para si todos os processos relacionados ao tema. Além disso, em um dos casos, ela julgou e deu provimento a um recurso administrativo interposto por um particular contra decisão de um subordinado.

Com base nessa situação, a chefia da unidade atuou exercendo o poder:

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) regulamentar.
- d) de polícia.
- e) normativo.

48. É exigido como requisito do ato administrativo a:

- a) presunção de legitimidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) finalidade.
- d) imperatividade.
- e) moralidade.

49. A Administração, conforme o princípio da juridicidade, está submetida a todo o ordenamento jurídico e não apenas à lei em sentido estrito. Isso decorre do reconhecimento da supremacia material exercida pela Constituição Federal. Essa concepção impacta significativamente o sistema de controle da Administração Pública.

Considerando esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Judiciário, em regra, pode substituir a decisão discricionária tomada pelo Poder Executivo pela medida que considerar mais adequada para o atendimento do interesse público.
- b) O controle exercido pela Administração Pública sobre os atos praticados pelos entes que compõem a Administração Indireta é denominado autotutela, e seu exercício não depende de previsão legal.
- c) O controle parlamentar sobre o Poder Executivo abrange tanto as hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal quanto outras modalidades previstas na legislação infraconstitucional.
- d) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo a possibilidade de revogá-los por razões de conveniência e oportunidade.
- e) O ordenamento jurídico brasileiro não adotou o sistema do contencioso administrativo originário da França, adotando o sistema da jurisdição *una*, de origem norte-americana e inglesa.

50. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos - nº 14.133/2021, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nessa Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado.
- b) As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos na Constituição Federal.
- c) Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pela Câmara dos Deputados e ratificados pelo Senado Federal.
- d) Não se subordinam ao regime da Lei de Licitações nº 14.133/2021 contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- e) Não são abrangidas pela Lei de Licitações nº 14.133/2021 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.

51. Um determinado Município, em razão de diversas reclamações sobre a insuficiência do número de ônibus para atender adequadamente a população, planeja ampliar a oferta de transporte coletivo aos cidadãos, criando novas linhas de ônibus e modernizando a frota atual.

Uma das alternativas juridicamente viáveis para alcançar esse objetivo seria a:

- a) outorga da titularidade do serviço público de transporte de passageiros a empresas privadas credenciadas, mediante autorização.
- b) concessão do serviço público de transporte de passageiros a empresa privada, em caráter precário ou por prazo determinado.
- c) permissão do serviço público de transporte de passageiros a empresas privadas, sempre mediante prévio procedimento licitatório.
- d) permissão para prestação do serviço público de transporte de passageiros, com reembolso pelo poder concedente dos valores necessários à execução do serviço.
- e) outorga da titularidade do serviço público de transporte de passageiros a consórcio de empresas privadas, mediante prévio procedimento licitatório, para exploração mediante cobrança de tarifa dos usuários.

52. X, servidor público, foi condenado ao ressarcimento ao erário em razão da prática de improbidade administrativa. No entanto, ele não possui condições financeiras para quitar o débito e necessita do parcelamento da dívida.

De acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) O débito poderá ser parcelado mediante autorização judicial em até vinte e quatro parcelas monetariamente corrigidas, caso seja comprovada a incapacidade financeira do réu.
- b) A lei não prevê a possibilidade de parcelamento do débito, mas o juiz poderá conceder a medida se verificar a hipossuficiência do réu.

c) Se a parte reconhecer a dívida, poderá realizar depósito judicial correspondente a trinta por cento do valor da dívida e parcelar o saldo restante em seis parcelas mensais, sempre corrigidas monetariamente até o pagamento integral.

d) O parcelamento poderá ser solicitado administrativamente à autoridade competente, limitado a até dez parcelas corrigidas monetariamente.

e) Verificada a incapacidade financeira da parte, o juiz poderá autorizar o parcelamento em até quarenta e oito parcelas mensais, corrigidas monetariamente.

53. Assinale a alternativa correta acerca dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação:

- a) O prazo para resposta a um pedido de acesso à informação é de 30 dias, sem possibilidade de extensão.
- b) O prazo para resposta é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias mediante justificativa.
- c) O prazo para resposta é de 15 dias, sem possibilidade de extensão.
- d) O prazo para resposta é de 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 20 dias.
- e) Não há prazo definido para resposta a pedidos de acesso à informação.

54. A Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709/2018 qualifica e define determinados tipos de dados como dados sensíveis. Conforme a definição legal, são considerados dados sensíveis:

- a) Informações públicas relacionadas à segurança nacional.
- b) Informações privadas protegidas por sigilos constitucionais, como dados bancários e fiscais.
- c) Informações públicas sujeitas a sigilo judicial.
- d) Informações policiais relativas a crimes em investigação.
- e) Informações sobre convicção religiosa e opinião política, entre outras.

CONHECIMENTOS REGIONAIS*Alessandra Lopes*

55. “Era de se esperar um encontro arrasador, eles eram tidos como loucos andantes de bom grato para a morte, pois enfrentar as tropas portuguesas era sem dúvidas uma sentença de morte “[...] só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iriam partir ao encontro de Fidié [...]”

(Chaves, 2006, p. 88 apud CASTELO BRANCO, A. K. S. Batalha do Jenipapo: um patrimônio esquecido.)

Sobre a Batalha do Jenipapo, é correto afirmar que:

- a) Foi uma vitória militar estratégica das tropas brasileiras, garantindo imediatamente a independência do Piauí.
- b) Teve participação exclusiva de militares profissionais, sem envolvimento da população local.
- c) Representou um ato de resistência popular, na qual civis, mesmo sem treinamento, lutaram contra as forças portuguesas, enfraquecendo-as.
- d) Ocorreu como parte da Confederação do Equador, movimento separatista no Nordeste.
- e) Foi organizada pelo governo imperial para consolidar o controle sobre a região.

56. “Economicamente, a pecuária continuava então a ter uma importância crucial para a economia do Piauí, visto que a vizinha capitania do Maranhão começava a ser produtora de algodão, em termos de mercado o Maranhão pela vila de Caxias começava a rivalizar com o Piauí. Mas, a inserção do Piauí no mercado externo ocorreria somente anos mais tarde fruto da realização de um projeto originalmente proposto pelo conselheiro José Antônio Saraiva, no século XIX, quando presidente da Província, período em que foi feita a transferência da capital de Oeiras para a nova cidade chamada Teresina às margens do Rio Parnaíba em 1852.”

(Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.)

A principal motivação para a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina foi:

- a) A destruição de Oeiras por conflitos armados durante a Balaiada.
- b) A descoberta de ouro nas proximidades de Teresina, atraindo investimentos.
- c) A localização geográfica privilegiada de Teresina, entre dois rios, integrando-a a rotas comerciais.
- d) A pressão da Igreja Católica para centralizar as missões religiosas na nova capital.
- e) A necessidade de afastar a capital das áreas afetadas pela seca no sertão.

57. “A República brasileira excluiu o povo do centro da cidade e dos debates. Os revolucionários militares que fundaram o novo regime antepuseram a conservação da ordem ao desejo de progresso, admitindo a necessidade de ditaduras semelhantes aos governos monárquicos.”

(Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 1 - 12.)

Sobre a economia do Piauí durante a Primeira República, é correto afirmar que:

- a) Diversificou-se rapidamente, com a industrialização substituindo a pecuária.
- b) Manteve-se baseada na pecuária extensiva e no coronelismo, com pouca industrialização.
- c) Tornou-se o maior exportador de café do Nordeste, rivalizando com São Paulo.
- d) Foi impulsionada pela exploração de borracha no Vale do Parnaíba.
- e) Desenvolveu uma forte economia baseada na mineração de ouro e diamantes.

58. “Após o golpe, em 1964, foi instaurado em Parnaíba um Inquérito Policial Militar (IPM), com a intenção de investigar as organizações sindicais e reprimir as lideranças que apoiavam então as reformas de base do governo João Goulart. O objetivo deste trabalho, portanto, foi problematizar as memórias tradicionais sobre o golpe de 1964 e a ditadura no âmbito piauiense, compreendendo ao mesmo tempo as práticas de adesão e acomodação das elites políticas nesse estado.”

(CASTRO, F. Memórias em disputa: o golpe de 1964 no Piauí. Mosaico, v. 13, n. 20, 2021.)

Sobre o Piauí durante a Ditadura Militar, é correto afirmar que:

- a) Foi um centro de resistência armada, com guerrilhas urbanas e rurais atuantes.
- b) Teve apoio inicial de setores conservadores, que legitimaram a repressão a opositores.
- c) Não houve casos de perseguição política ou tortura, diferentemente de outros estados.
- d) O governo estadual resistiu às diretrizes do regime militar, mantendo autonomia política.
- e) A economia floresceu com investimentos maciços em industrialização e infraestrutura.

59. “Seus estudos no interior do Piauí a partir da década de 1970 contribuíram para a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, território com o maior número de sítios arqueológicos das Américas.

A partir da análise de mais de 1,3 mil registros de presença humana pré-histórica, a equipe liderada por Guidon encontrou evidências de que o povoamento do continente pode ser muito mais antigo do que se supõe – e ter ocorrido de forma diferente do que diz o atual consenso científico.”

(MARASCIULO, M. A trajetória de Niède Guidon e sua importância para a ciência brasileira. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/03/trajetoria-de-niede-guidon-e-sua-importancia-para-ciencia-brasileira.html>>.)

Sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, é correto afirmar que:

- a) Suas pinturas rupestres foram criadas por colonizadores portugueses no século XVI.
- b) Foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade devido à sua biodiversidade, sem relação com sítios arqueológicos.
- c) Abriga evidências que contestam a teoria tradicional do povoamento das Américas pelo Estreito de Bering.
- d) Suas pesquisas são lideradas exclusivamente por arqueólogos estrangeiros, sem participação local.
- e) Foi descoberto apenas no século XXI, revolucionando recentemente a arqueologia brasileira.

60. A Balaiada (1838-1841) foi um movimento popular que eclodiu no Maranhão e se expandiu para o Piauí, reunindo sertanejos, escravizados libertos e artesãos contra a opressão das elites locais e do governo imperial. No Piauí, o movimento encontrou terreno fértil devido às condições de pobreza, recrutamento compulsório e conflitos entre facções políticas locais ("bem-te-vis" e "cabanos"). Sobre a Balaiada no Piauí, é correto afirmar que:

- a) Foi um movimento exclusivamente urbano, concentrado na capital Oeiras.
- b) Teve como principal líder Dom Pedro II, que apoiava as reivindicações populares.
- c) Representou uma revolta popular que atacou vilas, libertou escravos e desafiou autoridades, sendo reprimida por forças imperiais.
- d) Não teve relação com conflitos sociais, sendo apenas uma disputa entre elites políticas.
- e) Resultou na imediata implementação de reformas agrárias no Piauí.

61. “Durante os três últimos anos da década de 1870, embora tenha chovido em algumas regiões do Piauí, o índice pluviométrico foi insuficiente para manter uma boa colheita de cereais. Somado a isso, a migração oriunda do Ceará impactou a oferta de alimentos nos diferentes pontos da província, provocando uma crise de abastecimento.”

(REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA | São Cristóvão (Se) | v. 10 | n. 24 | Jan. Jun./2024 | p. 67-78 | <https://seer.ufs.br/index.php/revec>)

Sobre os impactos da Seca Seculorum no Piauí, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Provocou migrações em massa de flagelados para Teresina e outros estados.
- b) Foi agravada pela ausência de sistemas de armazenamento de água e apoio às populações rurais.
- c) Teve como principal consequência o crescimento econômico do estado através de obras emergenciais.
- d) Gerou epidemias de varíola e cólera devido às condições sanitárias precárias.
- e) Inspirou obras literárias como "O Quinze" de Rachel de Queiroz.

62. Torquato Neto, nascido em Teresina em 1944, tornou-se um dos principais nomes da Tropicália e da contracultura brasileira durante a Ditadura Militar. Sua obra multifacetada (poesia, música, jornalismo) desafiava o conservadorismo e a censura do regime, tornando-o símbolo da resistência artística.

É correto afirmar que:

- a) Limitou-se à música, compondo apenas para artistas da Jovem Guarda.
- b) Foi perseguido pelo regime militar e exilado após o AI-5, vindo a suicidar-se em 1972.
- c) Defendia abertamente o regime militar em suas colunas jornalísticas.
- d) Sua obra não teve relação com a cultura piauiense, focando apenas em temas urbanos do Sudeste.

e) Foi o criador do movimento "arte santeira" no Piauí.

63. “Conforme o Iphan, a Arte Santeira em Madeira do Piauí é uma manifestação plástica que utiliza a madeira como matéria-prima. As obras carregam características artísticas e culturais nos entalhes em madeira. Geralmente, as peças são esculturas tridimensionais como santos, caboclos, oratórios, painéis e peças de mobiliário. Cada santeiro, como são denominados os artistas, define um estilo próprio. Eles são inspirados pelo cotidiano e seus modos de vida. No Piauí, há registros de santeiros em Teresina, José de Freitas, Campo Maior, Pedro II, Parnaíba e Inhumas.”

(FERREIRA, L. Entenda o que é a Arte Santeira em Madeira do Piauí, tornada patrimônio cultural do Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/11/11/entenda-o-que-e-a-arte-santeira-em-madeira-do-piaui-tornada-patrimonio-cultural-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2025.)

- a) É produzida exclusivamente em cerâmica no Polo do Poti Velho.
- b) Teve em Mestre Dezinho seu principal expoente, com obras na Igreja da Vermelha em Teresina.
- c) Foi introduzida por artistas franceses durante a invasão holandesa no século XVII.
- d) Não possui valor comercial, sendo restrita a uso religioso em igrejas.
- e) Foi declarada Patrimônio Imaterial pela UNESCO em 1991.

64. O Piauí, localizado na região Nordeste do Brasil, possui características geográficas únicas que influenciam sua organização territorial e socioeconômica. Com uma área de 252.378 km², é o único estado nordestino cuja capital não está no litoral. Sua divisão regional, conforme o IBGE, reflete a complexidade de sua organização espacial. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Piauí é o único estado do Nordeste cuja capital, Teresina, está localizada no litoral.
- b) A disputa territorial entre Piauí e Ceará na Serra da Ibiapaba teve início em 1880 e foi resolvida em 2019.
- c) Segundo o IBGE (2017), o Piauí é dividido em 6 Regiões Geográficas Intermediárias e 19 Regiões Geográficas Imediatas.
- d) O estado faz fronteira com o Tocantins a noroeste, compartilhando uma extensa área litorânea.
- e) A capital Teresina está situada às margens dos rios Poti e São Francisco.

65. O Piauí apresenta uma diversidade de formas de relevo, influenciadas pela extensa Bacia Sedimentar do Parnaíba, que abriga importantes recursos minerais. Essas características geológicas são fundamentais para atividades econômicas, como a mineração e o turismo. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Piauí possui jazidas de opala em Pedro II e ametista em Batalha, impulsionando o turismo e a joalheria.
- b) A Chapada do Corisco é uma formação geológica oficial, conhecida por suas rochas vulcânicas.
- c) O Planalto da Bacia do Parnaíba, no sudeste, é a única formação relevante do estado, com altitudes elevadas.
- d) A Bacia Sedimentar do Parnaíba é composta principalmente por rochas ígneas do período Cenozoico.
- e) O Parque Nacional da Serra da Capivara está localizado no norte do estado, em área de depressão sertaneja.

66. O clima do Piauí é marcado por altas temperaturas e irregularidade nas chuvas, o que influencia diretamente seus biomas e a vida da população. A vegetação adapta-se às condições semiáridas, enquanto eventos como o "B-R-O BRÓ" impactam a economia e o cotidiano. Sobre esse tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O termo "B-R-O BRÓ" refere-se aos meses mais quentes (setembro a dezembro), com temperaturas acima de 40°C.
- b) O Complexo Solar São Gonçalo é a maior usina solar da América Latina, beneficiando-se da alta incidência solar no estado.
- c) O Delta do Parnaíba é um ecossistema de manguezais que serve como berçário para espécies como o caranguejo-uçá e o guará-vermelho.
- d) O Cerrado piauiense apresenta solos férteis e vegetação sempre verde, sem adaptações à seca.
- e) A Caatinga predomina no estado, com plantas xerófilas como o mandacaru.

67. A rede hidrográfica do Piauí é essencial para o abastecimento de água, a irrigação e a biodiversidade. Rios como o Parnaíba e seus afluentes sustentam atividades econômicas e ecossistemas únicos, como o Delta do Parnaíba. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Rio Parnaíba é intermitente, secando completamente durante a estação seca.
- b) O Rio Gurguéia é o maior afluente totalmente piauiense da Bacia do Parnaíba.
- c) A Bacia do São Francisco banha diretamente o território piauiense, sendo vital para o abastecimento da capital.
- d) O Rio Poti nasce no Maranhão e deságua no Rio São Francisco.
- e) O Delta do Parnaíba está localizado exclusivamente no litoral do Piauí.

68. A população piauiense passa por transformações significativas, como o envelhecimento populacional e a concentração urbana em Teresina. Essas mudanças refletem desafios socioeconômicos e exigem políticas públicas adequadas. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O estado possui a maior densidade demográfica do Nordeste, superando até mesmo Pernambuco.
- b) A população piauiense é majoritariamente branca (71,5%), segundo dados de 2021.
- c) A Grande Teresina concentra 70,7% da população da RIDE, com IDHM alto, mas desigualdades internas.
- d) O êxodo rural no Piauí é insignificante, pois a população rural tem crescido desde 2010.
- e) O Piauí possui o maior IDH do Nordeste, graças à forte industrialização.

69. O Piauí enfrenta problemas estruturais, como pobreza, dependência do setor público e infraestrutura precária, que limitam seu desenvolvimento. Esses desafios exigem ações integradas para promover o crescimento sustentável. Sobre esse tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O estado tem uma das menores rendas médias do Brasil (R\$ 1.350 em 2023).
- b) A pobreza extrema atinge 8,1% da população, com redução em relação a 2022.
- c) A economia é diversificada, com predominância do setor industrial sobre o agropecuário.
- d) Teresina enfrenta problemas de alagamentos devido à infraestrutura urbana precária.
- e) O setor público é um dos principais componentes do PIB estadual.

70. “No âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCd) a desertificação é definida como um processo de degradação das terras que ocorre essencialmente nas áreas que se situam nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas [...] Tal processo resultaria das variações climáticas e das atividades humanas. Assim, no Brasil, esta definição restringe a desertificação a uma parte da região Nordeste e do norte de Minas Gerais.”

(NÚCLEO DE DESERTIFICAÇÃO E AGROECOLOGIA. Entendendo sobre Desertificação: Conceitos, características, causas, consequências e soluções. Disponível em: <<https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/entendendo-sobre-desertificacao-conceitos-caracteristicas-causas-consequencias-e-solucoes>>.)

O Piauí sofre com desertificação, desmatamento e poluição hídrica, problemas agravados pelas mudanças climáticas e pela ação humana. A preservação de biomas como a Caatinga e o Delta do Parnaíba é crucial para o equilíbrio ecológico. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Deserto de Guilbués é uma formação natural, sem relação com a ação humana.
- b) A desertificação no estado é combatida exclusivamente por políticas federais, sem envolvimento local.
- c) O desmatamento no Piauí ocorre apenas no Cerrado, sem afetar a Caatinga.
- d) O Delta do Parnaíba sofre com poluição e desmatamento, ameaçando manguezais e espécies endêmicas.
- e) A gestão de resíduos sólidos no estado é exemplar, com aterros sanitários em todos os municípios.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*Emannuelle Gouveia*

71. Entre os componentes de um sistema computacional, assinale a alternativa que descreve corretamente a interação entre hardware, software e firmware:

- a) O firmware é considerado software temporário, carregado apenas durante o uso de aplicativos de alto desempenho.
- b) O hardware não pode ser executado sem o software intermediador, chamado de firmware.
- c) O software é executado diretamente sobre o hardware, sem necessidade de um sistema operacional.
- d) O firmware opera como software embarcado em hardware, sendo essencial para inicialização e controle de baixo nível.
- e) O software é imutável, diferentemente do hardware e do firmware.

72. Em uma planilha do Excel, o usuário inseriu na célula B1 a fórmula =SOMA(\$A\$1:A1). Em seguida, arrastou essa fórmula até a célula B5. Considerando que as células A1 até A5 contêm os valores 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente, o valor exibido em B5 será:

- a) 1
- b) 6
- c) 15
- d) 5
- e) 3

73. Uma das funcionalidades da Tabela Dinâmica no Excel é:

- a) Apresentar apenas gráficos estáticos baseados nos valores inseridos manualmente.
- b) Permitir a edição direta dos dados consolidados dentro da tabela dinâmica.
- c) Consolidar grandes volumes de dados e permitir a reorganização dinâmica das informações sem alterar os dados originais.
- d) Substituir as fórmulas de soma e média aplicadas diretamente na planilha, sem opção de personalização.
- e) Criar macros para automação de tarefas com base nos dados originais.

74. O hash criptográfico é uma função comumente utilizada em segurança da informação. Uma de suas principais características é:

- a) Produzir uma chave simétrica para cada usuário.
- b) Codificar o conteúdo de um documento para garantir seu sigilo.
- c) Garantir que o conteúdo não foi alterado após ser gerado.
- d) Realizar a criptografia reversível de dados.
- e) Proteger contra ataques de phishing.

75. Assinaturas digitais utilizam criptografia assimétrica e têm como uma de suas principais finalidades:

- a) Garantir a disponibilidade dos dados.
- b) Permitir o anonimato do emissor.
- c) Proteger contra malware.
- d) Autenticar o remetente de uma mensagem.
- e) Realizar backups automáticos.

76. Entre as funções atribuídas a um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), destaca-se:

- a) Criação automática de servidores de aplicação para execução de lógica de negócio.
- b) Gerenciamento de transações e controle de concorrência no acesso a dados.
- c) Armazenamento de imagens e vídeos em formato não estruturado.
- d) Estabelecimento da arquitetura de rede entre os módulos cliente e servidor.
- e) Definição da camada de apresentação de um sistema de informação.

77. No contexto da modelagem de dados, considere as seguintes afirmativas:

- I. A cardinalidade máxima define o número máximo de ocorrências de uma entidade que podem estar associadas a uma ocorrência de outra entidade.
- II. A cardinalidade mínima indica se a participação de uma entidade em um relacionamento é obrigatória ou opcional.
- III. A generalização é utilizada para representar entidades que compartilham atributos comuns, organizando-as em uma hierarquia.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

78. Considere o seguinte comando SQL:

```
SELECT nome FROM clientes WHERE cidade NOT IN ('São Paulo', 'Recife');
```

Assinale a alternativa correta sobre o resultado dessa consulta:

- a) Seleciona clientes que moram em São Paulo ou Recife.

- b) Seleciona clientes que moram apenas em São Paulo.
- c) Exclui clientes que moram em São Paulo e Recife, retornando os demais.
- d) Exclui todos os clientes da tabela.
- e) Retorna erro, pois o operador NOT IN não é permitido com strings.

79. Analise as afirmativas abaixo sobre conceitos de SQL:

- I. Uma chave primária não permite valores nulos e garante a unicidade dos registros.
- II. Uma chave estrangeira estabelece vínculo entre tabelas e assegura a integridade referencial.
- III. A view é uma tabela física permanente que armazena dados derivados de outras tabelas.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Apenas II.
- e) I, II e III.

80. Assinale a alternativa que representa corretamente uma característica de um Data Warehouse:

- a) Estrutura orientada ao tempo, com dados organizados para apoiar a tomada de decisão.
- b) Armazenamento de dados voláteis de sistemas operacionais em tempo real.
- c) Estrutura baseada exclusivamente em dados não estruturados e documentos.
- d) Atualização contínua dos dados a cada transação realizada nos sistemas operacionais.
- e) Substituição direta dos bancos de dados relacionais nas aplicações de produção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fábio Dutra*

81. Considere o caso hipotético a seguir: O Município de Águas Claras instituiu, por meio de lei ordinária, uma taxa anual de coleta de lixo residencial com base no valor venal do imóvel. O contribuinte João, proprietário de um imóvel não habitado e sem geração regular de resíduos, impugnou a cobrança, alegando desproporcionalidade da base de cálculo e ausência de prestação efetiva do serviço.

Com base na jurisprudência consolidada do STJ e STF, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa é constitucional, desde que haja previsão legal específica e o imóvel esteja regularmente inscrito no cadastro imobiliário.
- b) A base de cálculo da taxa pode ser o valor venal do imóvel, pois se trata de critério objetivo de mensuração do serviço.
- c) É legítima a cobrança da taxa ainda que o imóvel esteja desocupado, pois a disponibilidade do serviço justifica a exigência.
- d) A cobrança da taxa com base no valor venal do imóvel é inconstitucional, pois configura critério típico de imposto.
- e) A prestação efetiva do serviço é irrelevante, bastando a previsão legal para justificar a cobrança de qualquer taxa.

82. De acordo com as regras da Lei Complementar 214/25 em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em prestação de serviço de transporte iniciado no país, o fato gerador ocorre no início do transporte.
- b) Em prestação de serviço de transporte iniciado no exterior, o fato gerador ocorre no término do transporte.
- c) O fato gerador sempre ocorre com o pagamento antecipado, ainda que não haja fornecimento.
- d) O fato gerador pode ocorrer quando um bem for encontrado sem documentação fiscal idônea.
- e) Em aquisições pela administração pública, o fato gerador ocorre no momento do pagamento.

83. Acerca da legislação tributária e sua vigência, regras constantes do Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir:

- I. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos da administração tributária sempre integram a legislação tributária.
- II. Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, como instruções normativas, são considerados normas complementares da legislação tributária.
- III. A vigência da legislação tributária se dá de forma imediata após a sua publicação, no caso de decisões dos órgãos singulares ou coletivos da administração tributária.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) V, V, F

84. A respeito da moratória, e considerando o que o Código Tributário Nacional estabelece, julgue os itens a seguir:

- I. A moratória pode ser concedida por lei em caráter geral ou por despacho da autoridade administrativa, em caráter individual.
 - II. A moratória individual concedida por despacho da autoridade competente pode ser revogada se verificado dolo ou simulação por parte do beneficiário.
 - III. A lei concessiva de moratória deve ser isonômica, ou seja, não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- a) V, V, V
 - b) F, V, F
 - c) F, V, V
 - d) V, F, F
 - e) F, F, V

85. Com base nas regras da Lei Complementar 214/25 em relação ao IBS e a CBS, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bens e serviços, onerosa ou gratuita.
- b) A obtenção de lucro é condição indispensável para caracterizar a incidência do IBS e da CBS.
- c) A incidência do IBS e da CBS não ocorre em fornecimentos realizados com ativos do imobilizado.
- d) A contraprestação configura a onerosidade exigida para a incidência do IBS e da CBS.
- e) A forma jurídica do negócio define a incidência do IBS e da CBS.

86. Com base nas regras sobre o IBS e a CBS, em relação à imunidade tributária, julgue os itens:

- I. As exportações de bens e serviços são imunes ao IBS e à CBS.
 - II. Entidades religiosas e templos de qualquer culto são imunes ao IBS e à CBS, inclusive nas suas aquisições.
 - III. Há imunidade de IBS e CBS sobre livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão.
- a) V, V, V
 - b) V, F, V
 - c) F, V, V
 - d) V, F, F
 - e) F, F, V

87. Sobre a delegação e atribuição de funções em matéria tributária, o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A competência tributária pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito público, desde que prevista em lei específica.
- b) A delegação da competência tributária é possível desde que limitada às funções de arrecadação e fiscalização.
- c) A atribuição de funções de arrecadar ou fiscalizar tributos não constitui delegação de competência tributária.
- d) A competência tributária pode ser transferida a pessoas jurídicas de direito privado mediante concessão.
- e) O não exercício da competência tributária por um ente autoriza outro ente a exercê-la.

88. Sobre a competência estadual para instituir o ICMS, conforme as regras constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.
- b) O ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o anteriormente pago.
- c) O ICMS incide sobre operações que destinem bens ou serviços a consumidor final localizado em outro Estado.
- d) O ICMS pode incidir sobre operações que envolvam livros, jornais e periódicos.
- e) O ICMS incide sobre a entrada de bens importados do exterior, ainda que por pessoa física.

89. Considere o caso hipotético a seguir: A empresa Comercial Ponto Ltda., sediada em São Paulo, transferiu mercadorias de seu estoque para uma filial situada no Rio de Janeiro, sem realizar a venda a terceiros. A Fazenda carioca exigiu o ICMS sobre a transferência.

Com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a cobrança do ICMS sobre a mera transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
- b) A cobrança do ICMS nessas transferências depende de efetiva circulação jurídica e econômica da mercadoria.
- c) A jurisprudência do STF admite o ICMS mesmo sem transferência de titularidade, bastando a movimentação física da mercadoria.
- d) O STF entende que a imunidade é aplicável apenas às transferências realizadas dentro do mesmo estado.
- e) A exigência de ICMS é legítima, desde que o contribuinte possa apropriar-se do crédito fiscal correspondente.

90. Sobre o fato gerador do IBS e da CBS, julgue os seguintes itens:

- I. O fato gerador do IBS e da CBS ocorre no fornecimento, inclusive em operações fracionadas.
 - II. Quando houver antecipação de pagamento antes do fornecimento, exige-se antecipação proporcional dos tributos.
 - III. Caso não ocorra o fornecimento, o contribuinte perde o valor pago a título de antecipação.
- a) V, V, V
 - b) V, V, F
 - c) V, F, V
 - d) F, V, F
 - e) F, F, F

91. No tocante às disposições da Constituição Federal em relação ao IPVA, julgue os itens abaixo:

- I. O IPVA é de competência dos Estados e do Distrito Federal e incide sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.
 - II. O Senado Federal pode fixar alíquotas mínimas do IPVA.
 - III. O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas com base no tipo, valor, utilização e impacto ambiental do veículo.
- a) V, V, V
 - b) V, F, V
 - c) F, V, V
 - d) V, V, F
 - e) F, F, F

92. Assinale a alternativa correta quanto às matérias reservadas à lei complementar:

- a) Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) A definição de contribuintes e a forma de lançamento do crédito tributário são disciplinadas por decreto.
- c) A lei complementar pode dispor sobre conflitos de competência tributária entre União, Estados e Municípios.
- d) O Código Tributário Nacional é exemplo de norma recepcionada como lei ordinária de âmbito nacional.
- e) Normas gerais de direito tributário devem ser instituídas por decreto legislativo.

93. Considere o caso hipotético a seguir: A empresa "Alfa Ltda." foi executada fiscalmente por débitos tributários. Durante o processo, verificou-se que o sócio-gerente à época do fato gerador havia se retirado regularmente da sociedade antes de sua dissolução irregular. Posteriormente, um novo sócio assumiu a gerência e permaneceu até o encerramento irregular das atividades. A Fazenda Nacional propôs o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que exercia a gerência no momento da dissolução irregular.

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir:

- I. É legítimo o redirecionamento da execução fiscal ao sócio que exercia a gerência no momento da dissolução irregular da empresa, ainda que não fosse o gerente à época do fato gerador do tributo.
- II. O redirecionamento da execução fiscal não pode ser autorizado contra o sócio que se retirou regularmente da sociedade antes da dissolução irregular, desde que não tenha praticado atos com excesso de poderes ou infração à lei.
- III. A responsabilidade tributária do sócio-gerente está condicionada à comprovação de que ele praticou atos com excesso de poderes ou infração

à lei, ao contrato social ou aos estatutos da empresa.

- a) V, V, V
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) V, V, F
- e) F, F, V

94. Sobre as obrigações tributárias, de acordo com os arts. 113 a 115 do CTN, assinale a alternativa incorreta:

- a) A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- b) A obrigação acessória, quando descumprida, converte-se em obrigação principal quanto à penalidade pecuniária.
- c) A obrigação principal é exigível independentemente de regulamentação administrativa.
- d) A obrigação acessória nasce da legislação tributária e independe da ocorrência do fato gerador da obrigação principal.
- e) A obrigação principal extingue-se automaticamente com o cumprimento da obrigação acessória.

95. Sobre taxas e contribuições de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) As taxas podem ter base de cálculo idêntica à dos impostos, desde que referidas à mesma atividade.
- b) A contribuição de melhoria pode ser cobrada mesmo sem a realização de obra pública, bastando a valorização imobiliária.
- c) A taxa é exigível apenas pela utilização efetiva de serviços públicos.
- d) A taxa é exigível pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ou posto à disposição do contribuinte.
- e) A contribuição de melhoria pode ser cobrada com base no custo total da obra, dividido proporcionalmente entre os imóveis do entorno.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Eduardo Da Rocha*

96. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o fornecimento conjunto de bens e serviços:

- I. Quando todos os itens fornecidos em uma operação estiverem sujeitos ao mesmo tratamento tributário, é dispensada a especificação individual de cada fornecimento.
- II. É permitido o tratamento unificado quando um fornecimento puder ser considerado principal e os demais, acessórios, sendo aplicável a tributação correspondente ao item principal.
- III. Ainda que a operação envolva diferentes tratamentos tributários, a cobrança unificada sempre prevalecerá, e a tributação será baseada no valor total da operação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

97. De acordo com a LC 214/2025, ocorre o fato gerador do IBS e da CBS nas operações de execução continuada ou fracionada, como nas prestações de serviços de energia elétrica, água, telecomunicações e internet

- a) No início da prestação.
- b) Na emissão da fatura.
- c) No término da prestação.
- d) Quando se torna devido o pagamento.
- e) No recebimento do serviço pelo consumidor.

98. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre o procedimento simplificado de split payment:

- a) O contribuinte pode optar pelo procedimento simplificado nas operações com adquirente não contribuinte do IBS e da CBS no regime regular.
- b) O percentual aplicado no split simplificado corresponde obrigatoriamente ao valor exato do débito gerado em cada operação.
- c) O procedimento simplificado somente pode ser aplicado para a CBS, ficando vedado seu uso em conjunto com o IBS.
- d) Os valores recolhidos pelo procedimento simplificado não podem ser utilizados para quitação de débitos do contribuinte.
- e) A opção pelo split simplificado pode ser feita e revogada livremente a cada operação, sem limitação por período de apuração.

99. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre o ressarcimento de saldos a recuperar de IBS e CBS:

- a) O contribuinte não poderá solicitar o ressarcimento parcial do saldo a recuperar.
- b) O prazo máximo para conclusão de qualquer procedimento fiscal relacionado ao pedido de ressarcimento é de 180 dias.
- c) Contribuintes que participam de programas de conformidade terão seus pedidos de ressarcimento apreciados em até 30 dias.
- d) O pedido de ressarcimento de créditos será apreciado exclusivamente pela Receita Federal do Brasil.
- e) Caso o crédito não seja solicitado para ressarcimento, ele será automaticamente extinto ao final do período de apuração.

100. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a responsabilidade das plataformas digitais pelo pagamento do IBS e da CBS:

- I. As plataformas digitais, inclusive as domiciliadas no exterior, são responsáveis pelo pagamento do IBS e da CBS nas operações realizadas por seu intermediário, caso o fornecedor esteja no exterior.
- II. A plataforma digital é responsável substituta do adquirente sempre que este não estiver inscrito como contribuinte regular.
- III. Quando o fornecedor é residente no Brasil, mas não emite documento fiscal eletrônico, a plataforma será solidariamente responsável com ele.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

101. De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta sobre a emissão e utilização da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e):

- a) A NFC-e pode ser utilizada em qualquer operação de venda a consumidor final, inclusive nas operações de comércio exterior.
- b) É permitido ao adquirente de mercadorias cobertas por NFC-e aproveitar o crédito fiscal do ICMS, desde que atenda aos demais requisitos legais.
- c) A NFC-e deve ser emitida com autorização da administração tributária, mas sua validade independe de assinatura eletrônica qualificada.
- d) A utilização da NFC-e é vedada nas operações com valor igual ou superior a R\$ 200.000,00, destinadas a consumidor final.
- e) As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a emitir NFC-e para documentar o fornecimento de energia aos consumidores finais.

102. De acordo com a legislação tributária do Estado do Piauí, assinale qual dos livros fiscais abaixo **não integra a escrituração pela EFD ICMS/IPI**:

- a) Livro Registro de Saídas.
- b) Livro Registro de Inventário.
- c) Livro Registro de Apuração do ICMS.
- d) Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência – RUDFTO.
- e) Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.

103. A empresa **Delta Peças Ltda.**, devidamente credenciada junto à SEFAZ-PI para uso do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), recebeu uma comunicação eletrônica enviada pela Fazenda estadual em **03 de junho de 2025 (segunda-feira)**. Contudo, o responsável pela empresa não acessou o DT-e até o fim do mês. Considerando as normas sobre comunicação por DT-e, assinale a alternativa correta quanto à data em que essa comunicação será considerada realizada, na ausência de confirmação de leitura.

- a) Em 03 de junho, data do envio eletrônico.
- b) Em 04 de junho, primeiro dia útil seguinte ao envio.
- c) Em 17 de junho, ao final de 15 dias corridos.
- d) Em 18 de junho, após decorridos 15 dias contados do primeiro dia útil seguinte.
- e) Em 19 de junho, considerando a contagem apenas em dias úteis.

104. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta acerca do diferimento do imposto:

- a) O diferimento implica a isenção do ICMS na etapa anterior, sendo exigido apenas na operação final.
- b) O contribuinte originário fica totalmente exonerado do recolhimento do imposto, mesmo que o contribuinte substituto não cumpra a obrigação.
- c) O diferimento é uma hipótese de não incidência.
- d) O imposto diferido será exigido no momento final previsto, ainda que a operação final esteja isenta ou não tributada.
- e) O diferimento só pode ser aplicado em operações interestaduais com produtos industrializados.

105. Acerca dos acréscimos legais incidentes sobre o não pagamento das taxas no Estado do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) Se o pagamento espontâneo for feito até 60 dias após o vencimento, aplica-se multa de 15% sobre o valor devido.
- b) Caso haja ação fiscal, os juros de 1% ao mês não são aplicáveis, apenas a multa de 40%.
- c) Se o pagamento espontâneo for feito entre o 31º e o 60º dia após o vencimento, a multa aplicável é de 10% sobre o valor da taxa.
- d) A multa de 5% é aplicada automaticamente em qualquer pagamento realizado fora do prazo legal, mesmo havendo ação fiscal.
- e) Não incidem juros sobre as taxas em atraso se o contribuinte pagar espontaneamente.

106. De acordo com a legislação do Estado do Piauí, são responsáveis solidários pelo pagamento do IPVA e seus acréscimos legais, **exceto**:

- a) O devedor fiduciante em contrato de alienação fiduciária de veículo.
- b) O servidor público que autorizar licenciamento de veículo sem a devida prova de pagamento do IPVA.

- c) O despachante que promover o registro do veículo sem o recolhimento do imposto.
- d) O possuidor do veículo, mesmo sem ser o titular do domínio.
- e) O comprador do veículo em leilão público promovido por órgão estadual.

107. Segundo a legislação do IPVA do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto à alíquota aplicável:

- a) Veículo automotor movido exclusivamente a motor elétrico está sujeito à alíquota de 2%.
- b) Automóvel com valor venal de R\$ 170.000,00 está sujeito à alíquota de 2,5%.
- c) Jet ski com valor venal de R\$ 145.000,00 está sujeito à alíquota de 3%.
- d) Caminhão está sujeito à alíquota de 1%.
- e) Motocicletas com valor superior a R\$ 150.000,00 estão sujeitas à alíquota de 3%.

108. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta sobre a atividade fiscalizatória da Secretaria da Fazenda:

- a) A fiscalização limita-se aos contribuintes do imposto regularmente cadastrados.
- b) Os agentes do fisco somente podem ingressar em estabelecimentos durante horário comercial e com mandado específico.
- c) A fiscalização pode ser exercida inclusive sobre pessoas beneficiadas por imunidade, isenção ou não incidência.
- d) Os agentes fiscais, para adentrar estabelecimentos, precisam de autorização judicial ou da presença do titular.
- e) A fiscalização exige intimação prévia por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) para qualquer diligência presencial.

109. Nos termos da legislação tributária do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta sobre o parcelamento de crédito tributário constituído por meio de Aviso de Débito, Auto de Infração ou confissão de dívida, no âmbito de procedimento administrativo ou judicial:

- a) O contribuinte poderá parcelar em até 60 vezes qualquer crédito vinculado a sua inscrição estadual, ainda que não definitivamente constituído.
- b) A legislação permite o parcelamento em até 60 prestações mensais, com valor mínimo de 200 UFRs-PI por parcela, excetuando-se as ME e EPP, para as quais o mínimo é de 50 UFRs-PI.
- c) O parcelamento é limitado a 12 prestações mensais para todos os contribuintes, independentemente da natureza do débito.
- d) O contribuinte substituto poderá parcelar quaisquer débitos, inclusive os próprios, em até 60 parcelas.
- e) O parcelamento é automático e independe de autorização da administração tributária.

110. A legislação do ICMS do Estado do Piauí impõe limites à utilização e à transferência de créditos acumulados. Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação permite a devolução de crédito ao estabelecimento de origem, desde que haja comprovação de operação legítima e saldo credor acumulado por três meses consecutivos.
- b) O contribuinte poderá retransferir crédito acumulado para terceiro, desde que autorizado pela Secretaria de Fazenda e desde que conste saldo credor no período atual.
- c) É permitida a transferência de crédito acumulado apenas quando houver saldo credor do imposto por dois períodos consecutivos.
- d) Créditos acumulados podem ser ressarcidos ao contribuinte em moeda corrente, desde que se refiram a operações de exportação.
- e) A transferência de créditos acumulados é automática nas operações de venda para entrega futura, independentemente do recebimento da mercadoria.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha

111. Com base na lei 4.261/89, independente de notificação, no inventário e arrolamento que não for requerido dentro do prazo de 2 meses da abertura da sucessão, o imposto devido será acrescido de multa equivalente a:

- a) 5% do valor do quinhão hereditário.
- b) 10% do valor do imposto.
- c) 100 UFR-PI.
- d) 5% do valor dos bens transmitidos.
- e) 10% do valor do espólio.

112. Com base na lei 4.261/89, na transmissão causa mortis, o débito fiscal poderá ser recolhido:

- a) em até 12 prestações mensais e consecutivas, não podendo a parcela ser inferior a 100 UFR-PI.
- b) em até 24 prestações mensais e consecutivas, não podendo a parcela ser inferior a 50 UFR-PI.
- c) em até 36 prestações mensais e consecutivas, não podendo a parcela ser inferior a 50 UFR-PI.
- d) em até 12 prestações mensais e consecutivas, não podendo a parcela ser inferior a 50 UFR-PI.
- e) em até 24 prestações mensais e consecutivas, não podendo a parcela ser inferior a 100 UFR-PI.

113. De acordo com a lei 4.261/89, qual das situações abaixo está incorreta acerca do momento da ocorrência do fato gerador do ITCMD:

- a) na transmissão causa mortis, na data da morte do fiduciário, na substituição de fideicomisso.
- b) na transmissão por doação, na data da lavratura do contrato de doação, ainda que a título de adiantamento da legítima.
- c) na transmissão por doação, na data da desistência ou renúncia à herança, ao legado ou à doação em benefício de pessoa determinada ou determinável.
- d) na transmissão por doação, na data do arquivamento na Junta Comercial, na hipótese de transmissão de ações ou quotas de pessoa jurídica.
- e) na transmissão causa mortis, na data da abertura da sucessão, exceto no caso de sucessão provisória.

114. De acordo com a lei 4.261/89, assinale a situação em que o ITCMD será devido ao PI.

- a) João, residente no PI, doa a sua propriedade de um imóvel localizado em SC a seu irmão, residente no TO.
- b) João, residente em GO, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no RJ, a seu irmão, residente no PI.
- c) João, residente no PI, doa um veículo, licenciado no MA, a seu irmão, residente em RO.
- d) João, residente em RR, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente no PI.
- e) João, residente no PI, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MS, a seu irmão, residente em SC.

115. Com base na lei 6.949/17, acerca da realização de diligências e perícias, assinale a opção incorreta:

- a) Se as conclusões dos peritos forem divergentes, a autoridade julgadora poderá decidir livremente qual conclusão adotar.
- b) A autoridade julgadora de primeira instância determinará de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias.
- c) A autoridade julgadora de primeira instância poderá indeferir os pedidos de perícia que considerar prescindíveis ou impraticáveis.
- d) Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício a sua realização, a autoridade requisitará servidor para, como perito do Estado, a ela proceder e intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado segundo o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.
- e) Será indeferido, sumariamente, o pedido de diligência ou de perícia que tenha por escopo a simples substituição da interpretação do auditor fiscal em relação aos dispositivos que fundamentaram a exação.

116. Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, pode-se afirmar que os Conselheiros do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF) terão mandato de:

- a) 2 anos, sendo vedada a recondução.
- b) 2 anos, sendo permitida a recondução.
- c) 3 anos, sendo vedada a recondução.
- d) 3 anos, sendo permitida apenas uma recondução.
- e) 3 anos, sendo permitida a recondução apenas para os titulares.

117. Com base no decreto 18.561/19, contra denegação da restituição pleiteada pelo contribuinte, é cabível:

- a) recurso ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), no prazo de 5 dias, contados da data da ciência do parecer.
- b) pedido de reconsideração ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), no prazo de 10 dias, contados da data da ciência do parecer.
- c) impugnação ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), no prazo de 15 dias, contados da data da ciência do parecer.
- d) pedido de reconsideração ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), no prazo de 20 dias, contados da data da ciência do parecer.
- e) recurso ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), no prazo de 30 dias, contados da data da ciência do parecer.

118. Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, é incorreto afirmar que:

- a) As quantias indevidamente recolhidas, referente ao ICMS, cujo valor seja igual ou inferior a 1.000 UFRs-PI, poderão ser apropriadas como crédito fiscal, conforme estabelecido no Guia Prático da EFD ICMS IPI, sujeitas a posterior homologação pelo Fisco.
- b) Verificado o indébito, este será utilizado para quitação de débitos de tributos da mesma espécie, do contribuinte para com a SEFAZ, na data da restituição, observada a ordem de preferência estabelecida na legislação.
- c) O valor restituído, a título de crédito fiscal, será apropriado no mês seguinte ao que ocorrer o despacho autorizativo, nos termos nele descrito, no campo próprio da EFD ICMS IPI.
- d) Cabe recurso ao TARF contra denegação da restituição pleiteada pelo contribuinte, dentro de 30 dias contados da data da ciência do parecer.
- e) A restituição relativa a valores indevidamente recolhidos a título de ITCMD, IPVA e taxas estaduais será feita, sempre, em moeda corrente.

119. Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, julgue os itens a seguir acerca das disposições relativas aos Conselheiros integrantes do TARF.

- I. É defeso a nomeação de Conselheiro como representante da Fazenda Estadual quando o auditor fiscal se encontrar a serviço de outra esfera governamental.
- II. A Associação Industrial do Estado do Piauí poderá indicar dois dos seis representantes dos contribuintes.
- III. Os pedidos de exoneração dos Conselheiros do TARF serão dirigidos ao Secretário de Fazenda, por intermédio do Presidente do Tribunal.

São corretos, apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I.

120. Com base na legislação que rege o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, julgue os itens a seguir acerca das sessões de julgamento em 2ª instância.

- I. Não havendo expediente normal no dia em que deva ser realizada a sessão de julgamento, ficará ela transferida para o primeiro dia útil seguinte, mediante comunicação e anuência dos interessados.
- II. As sessões do Tribunal Pleno serão realizadas preferencialmente às sextas, as da 1ª Câmara às segundas e quartas, e as da 2ª Câmara às terças e quintas.
- III. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou pela maioria do Tribunal Pleno ou de cada uma das Câmaras, com antecedência mínima de 24 horas.

São corretos, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

A Cia. Enrolada está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/20123, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	300.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

Com base nas informações, responda às questões **121** e **122**.

121. O impacto no resultado de 2024 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais, de:

- a) 200.000,00 negativo.
- b) 720.000,00 negativo.
- c) 40.000,00 positivo.
- d) 320.000,00 negativo.
- e) 580.000,00 negativo.

122. O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes às provisões, foi, em reais, de:

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 900.000,00.
- e) 1.100.000,00.

123. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2020 da empresa, referente às aplicações financeiras realizadas em 01/12/2020, foi, em reais, de:

- a) 100.000,00.
- b) 160.000,00
- c) 240.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 440.000,00.

Em 31/12/2023, a Cia. Rio Verde adquiriu 80% das ações da Cia. Anápolis pelo Valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. Anápolis era R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. Anápolis reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 500.000,00.

– Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 200.000,00 (saldo devedor).

Com base nas informações, responda às questões **124** e **126**.

124. O valor do ágio pago pela Cia. Rio Verde na aquisição do investimento na Cia. Anápolis foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

125. O valor reconhecido pela Cia. Rio Verde no grupo Investimentos, na data de aquisição foi, em reais,

- a) 16.000.000,00.
- b) 20.000.000,00.
- c) 25.000.000,00.
- d) 28.000.000,00.
- e) 30.000.000,00.

126. Sabendo que a vida útil remanescente do ativo imobilizado que originou a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o patrimônio líquido avaliado pelo valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Colorida era 10 anos, o impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2024 da Cia. Rio Verde, decorrente do investimento na Cia. Anápolis, foi, em reais,

- a) 800.000,00.
- b) 799.600,00.
- c) 744.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 240.000,00.

Em 01/01/2023 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano
- Pagamento do principal e juros: 01/01/2028

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

Com base nas informações, responda às questões **127** e **128**.

127. O valor dos encargos financeiros decorrentes deste empréstimo reconhecidos no resultado do ano de 2023 em reais,

- a) 1.210.000,00
- b) 1.400.000,00
- c) 1.900.000,00
- d) 1.940.000,00
- e) 2.000.000,00

128. O saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2023, foram, respectivamente, em reais,

- a) 19.400.000,00
- b) 21.340.000,00.
- c) 23.640.000,00.
- d) 25.600.000,00.
- e) 28.000.000,00.

129. Nas alternativas a seguir, estão listados ativos que são contabilizados como Propriedade para Investimento no Balanço Patrimonial de uma entidade, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- a) terreno mantido para futuro uso indeterminado
- b) propriedade que esteja sendo construída para futura utilização para locação a terceiros
- c) edifício que seja propriedade da entidade e que está arrendado sob um arrendamento operacional
- d) terreno mantido para valorização a longo prazo
- e) propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda

130. A empresa Sande controlada de Cardoso vendeu, em 30/04/2023, mercadorias para revenda para a controladora por R\$ 800.000,00, apurando um lucro na operação de R\$ 300.000,00. Em 31/12/2024, a controladora informou que, das mercadorias adquiridas, 30% ainda se encontravam em seus estoques. Com base nas informações apresentadas, em 31/12/2024, o Ajuste referente a "Lucros não Realizados" para fins de exclusão no cálculo da Equivalência Patrimonial na controlada foi de:

- a) R\$ 300.000,00
- b) R\$ 210.000,00
- c) R\$ 90.000,00
- d) R\$ 64.000,00
- e) R\$ 24.000,00

131. A Cia. Piripiri recebeu em janeiro de 20x3 um terreno do Governo do Estado do Piauí para construção de uma fábrica de motocicletas, que irá criar empregos diretos e indiretos e incentivar o desenvolvimento da região. No termo de transferência, o valor informado do terreno foi de R\$ 6.5 milhões, mas a Cia. Piripiri apurou que o valor justo do terreno era de R\$ 9.8 milhões. A construção da fábrica durou dois anos, a partir do recebimento do terreno. Após a conclusão da obra, a fábrica entrou em operação, cujo período é estimado em 25 anos.

De acordo com as orientações do CPC 07 (R1), a Cia. Piripiri deve:

- a) apresentar uma subvenção governamental, de R\$ 6,5 milhões, como receita diferida no passivo;
- b) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 6,5 milhões, quando do recebimento do terreno por se tratar de um item não monetário;
- c) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 9,8 milhões, ao longo do tempo de operação da fábrica;
- d) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 6,5 milhões, por se tratar de subvenção para investimento;
- e) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 9,8 milhões, como Reserva de capital.

132. A Cia. Comercial Picos adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis: R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis: R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Picos revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os

vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Picos, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

133. A Cia. Parnaíba adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Parnaíba, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

134. A empresa Teresina S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2023, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2024, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiroR\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao CapitalR\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do PeríodoR\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legalR\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingênciaR\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatóriosR\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhiaR\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Teresina S.A. em 31 de dezembro de 2024 foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00

135. As demonstrações contábeis da Cia. Floriano são apresentadas a seguir, sendo constituídas dos Balanços Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2017, e da Demonstração do Resultado de 2017

Balanços Patrimoniais (em reais)

Ativo	31/12/16	31/12/17	Passivo	31/12/16	31/12/17
Ativo Circulante	255.000	393.000	Passivo Circulante	105.000	70.000
Disponível	180.000	323.000	Fornecedores	85.000	45.000
Duplicatas a Receber	35.000	60.000	Impostos a Pagar	20.000	25.000
Estoques	40.000	10.000			
			Passivo Não Circulante	100.000	157.000
Ativo Não Circulante	150.000	270.000	Empréstimos	100.000	157.000
Imobilizado					
Terreno	150.000	-	Patrimônio Líquido	200.000	436.000
Imóveis	-	300.000	Capital Social	200.000	300.000
Depreciação Acumulada	-	(30.000)	Reserva de Lucros	-	136.000
Total do Ativo	405.000	663.000	Total do Passivo + PL	405.000	663.000

Demonstração do Resultado
01/01/2017 a 31/12/2017 (em reais)

Receita Bruta de Vendas	680.000
(-) Custo dos Produtos vendidos	<u>(420.000)</u>
(=) Lucro Bruto	260.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de Salários	(60.000)
Despesa de Seguros	(32.000)
Despesa de depreciação	(30.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do Terreno	<u>80.000</u>
(=) Lucro antes do resultado financeiro	218.000
(-) Despesa financeira (juros)	<u>(7.000)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	211.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(75.000)
(=) Lucro Líquido	136.000

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

A despesa financeira (juros) não foi paga.

O terreno foi vendido à vista.

O aumento de capital foi integralizado com R\$ 50.000,00 em dinheiro e R\$ 50.000,00 em imóveis.

Do valor dos imóveis adquiridos, R\$ 50.000,00 foram pagos com recursos obtidos de um novo empréstimo e o restante com recursos da Cia.

É correto afirmar que o fluxo de caixa das Atividades operacional

- a) foi R\$ 93.000,00, positivo.
- b) foi R\$ 88.000,00, positivo.
- c) foi R\$ 63.000,00, positivo.
- d) foi R\$ 88.000,00, negativo.
- e) foi R\$ 93.000,00, negativo.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

136. Constitui exemplo de despesa de natureza extraorçamentária, o pagamento relativo a

- a) contribuições ao regime geral de previdência e ao regime próprio dos servidores do ente.
- b) operações realizadas por fundos especiais de despesa instituídos por lei com contabilidade segregada.
- c) Pagamentos de Salário-Família, Salário-Maternidade e Auxílio-Natalidade.
- d) serviço da dívida, salvo relativo a operações de antecipação de receita orçamentária.
- e) precatórios e requisições de pagamento de obrigações de pequeno valor decorrentes de condenações judiciais.

137. Para responder à questão, considere as informações apresentadas no quadro a seguir que correspondem à parte das despesas decorrentes de contrato com pessoas jurídicas referentes ao exercício financeiro de 2025 de uma entidade pública. Os valores estão expressos em reais (R\$).

Descrição da despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
contratação serviço de comunicação que envolve pacotes de telefonia fixa mais Internet	150.000	140.000	100.000
contrata serviço de telefonia móvel com pacote de dados de internet	80.000	70.000	65.000
Contratação de serviço de telefonia fixa, sem adicionais de pacotes de comunicação de dados	12.500	11.000	10.000
Aquisição de tokens, inclui o dispositivo físico e a licença de uso do software	10.000	10.500	9.000

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no exercício financeiro de 2024, a despesa total paga classificada no elemento de despesa

- a) 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica foi R\$ 165.000.
- b) 40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação foi R\$ 165.000.
- c) 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica foi R\$ 10.000.
- d) 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica foi R\$ 19.000.
- e) 40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação foi R\$ 174.000.

138. Uma despesa é classificada extraorçamentária ou orçamentária, derivada ou originária, a depender, respectivamente, se

- a) já foi liquidada ou não, e se consta do orçamento ou não.
- b) decorre de mandamento constitucional ou não, e se consta do orçamento ou não.
- c) importa redução patrimonial ou não, e se representa simples restituição de direito de terceiro ou não.
- d) representa simples restituição de direito de terceiro ou não, e se decorre de impositividade estatal ou decorre de exploração de atividade econômica estatal.
- e) consta do orçamento ou não, e se já foi liquidada ou não.

139. As duas formas de movimentação de recursos financeiros entre entes da Federação ou entre estes e entidades privadas ou consórcios públicos são: as transferências propriamente ditas; e delegações de execução orçamentária. Acerca das transferências, assinale a alternativa correta

- a) corresponde à entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas, com e sem fins lucrativos, que não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços ao transferidor
- b) a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do ente repassador
- c) Os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação desses recursos pertencem ou se incorporam ao patrimônio de quem os entrega, ou seja, do transferidor
- d) Os entes utilizarão a modalidade de aplicação 92, quando forem aplicar os recursos financeiros recebidos mediante as modalidades de aplicação 22, 32 e 42
- e) materializa-se em situações em que o recebedor executa ações em nome do transferidor.

140. Durante a execução orçamentária de determinado município, foram identificadas diversas operações envolvendo receitas e despesas públicas. Com base na Lei nº 4.320/1964, na LRF (Lei Complementar nº 101/2000) e nos manuais técnicos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas empenhadas e liquidadas no exercício, mas não pagas até 31 de dezembro, serão automaticamente canceladas e não poderão ser inscritas em restos a pagar.
- b) O superávit financeiro do exercício anterior, apurado em balanço patrimonial, deverá ser utilizado como fonte para abertura de crédito extraordinário.
- c) A receita decorrente da alienação de bens imóveis, quando efetivamente arrecadada, será classificada como receita corrente.
- d) As despesas com amortização da dívida pública integram a categoria de despesas de capital.
- e) Os créditos suplementares destinam-se exclusivamente a despesas imprevistas e urgentes, exigindo autorização legislativa específica.

141. Suponha a seguinte estrutura de programação orçamentária, baseada em modelo funcional-programático similar ao apresentado por órgãos estaduais de meio ambiente:

18.200 – Gestão de Recursos Naturais
090 – Aplicações Diretas
2620 – Fiscalização, controle e monitoramento ambiental
6250 – Realização de vistorias técnicas, inspeções e auditorias ambientais
Capacitação técnica e regulatória – Unidade de Gestão Ambiental Integrada
Participações em ações de fiscalização e controle ambiental – presença física e remota
Relatórios Técnicos Emitidos
1.280

A partir do quadro acima, assinale a alternativa correta:

- a) A função 18 corresponde à natureza da despesa, conforme classificada pela Lei nº 4.320/1964, enquanto o código 6250 representa a modalidade de aplicação.
- b) A subfunção 090 – Aplicações Diretas – indica que os recursos são transferências voluntárias para outras entidades públicas.
- c) A ação 6250 representa o que será buscado pro alcance do programa e mensurável dentro da classificação funcional programática, compatível com as exigências do Plano Plurianual.
- d) A diretriz estabelecida no campo “Relatórios Técnicos Emitidos” corresponde ao número de documentos a serem entregues pela unidade responsável, conforme vinculação obrigatória à fonte de recursos.

e) A classificação 2620 é a natureza da despesa, que deve sempre estar vinculada a uma unidade orçamentária específica, conforme o Manual Técnico do Orçamento (MTO).

142. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada sobre a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de leis orçamentárias, mesmo quando contenham conteúdo predominantemente concreto. A partir dessa premissa e considerando os fundamentos do Direito Financeiro, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Orçamentária Anual (LOA) não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, pois sua eficácia se exaure com o fim do exercício financeiro.
- b) O controle abstrato de constitucionalidade das leis orçamentárias é restrito à verificação de vícios formais, pois o conteúdo material não pode ser analisado judicialmente.
- c) A Lei Orçamentária Anual pode ser objeto de controle concentrado, desde que contenha normas que suscitem controvérsia constitucional.
- d) Leis orçamentárias não possuem normatividade suficiente para ensejar controle concentrado, sendo vedado ao STF examiná-las sob esse aspecto.
- e) A possibilidade de controle concentrado das leis orçamentárias depende de sua submissão prévia ao crivo do Tribunal de Contas competente, conforme prevê o art. 71 da Constituição Federal.

143. A Constituição Federal de 1988, ao tratar da temática orçamentária e financeira da Administração Pública, estabelece regras claras quanto à iniciativa legislativa, à tramitação dos projetos de leis orçamentárias, à normatização da gestão financeira e à compatibilidade entre os instrumentos do ciclo orçamentário. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública devem ser fixadas por lei ordinária, conforme remissão expressa da Constituição Federal.
- b) A lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que haja autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) O projeto de lei do orçamento anual é de iniciativa exclusiva do Presidente da República, mas poderá ser emendado, inclusive para aumento de despesa, desde que haja autorização do Senado Federal.
- d) O relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal.
- e) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual não podem ser aprovadas caso indiquem anulação de despesas relativas à seguridade social, mesmo que estejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

144. O orçamento público, conforme definido no ordenamento jurídico brasileiro e consolidado pela doutrina e pela jurisprudência, é uma peça essencial de planejamento governamental. Sua elaboração, aprovação e execução são regidas por normas constitucionais e infraconstitucionais que lhe conferem efeitos jurídicos relevantes. Com base nesse entendimento, assinale a alternativa correta:

- a) O orçamento público é um instrumento contábil de previsão de receitas e despesas, sem valor jurídico vinculante para a Administração Pública.
- b) O orçamento público tem natureza autorizativa, salvo nos casos de emendas impositivas ou vinculações constitucionais específicas.
- c) O orçamento público vincula juridicamente todos os Poderes e Órgãos da Administração, obrigando sua execução integral, inclusive em casos de frustração de arrecadação.
- d) O orçamento público é utilizado como principal instrumento de política monetária da União, sendo operacionalizado pelo Banco Central.
- e) O orçamento público deve ser elaborado e aprovado exclusivamente pelo Poder Legislativo, como manifestação direta do princípio da separação dos Poderes.

145. No ordenamento jurídico brasileiro, o orçamento público assume a forma de lei em sentido formal, com caráter autorizativo e conteúdo tipicamente administrativo-financeiro. A Constituição Federal estabelece as espécies de leis que integram o ciclo orçamentário e define as competências dos Poderes na sua elaboração e aprovação. À luz dessa estrutura, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Orçamentária Anual tem por objeto apenas o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, não abrangendo o orçamento de investimento das estatais, por não estarem essas vinculadas ao Tesouro Nacional.
- b) A Constituição Federal adotou o modelo de orçamento puro (executivo), em que a iniciativa e execução das leis orçamentárias cabem exclusivamente ao Poder Executivo.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da LOA e dispõe sobre alterações na legislação tributária.
- d) O Plano Plurianual deve conter apenas as metas quantitativas e qualitativas para os quatro primeiros anos do mandato presidencial, vedada sua vigência após o término do mandato.
- e) A Constituição Federal não admite a existência de mais de uma lei orçamentária anual no país, sendo vedada a aprovação de orçamentos distintos para diferentes esferas de atuação do Estado.

146. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a despesa orçamentária passa por estágios formais até sua liquidação e pagamento, observando-se os princípios da legalidade, da transparência e do equilíbrio fiscal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A liquidação da despesa é o estágio em que se verifica o direito adquirido do credor, com base em título jurídico, correspondendo ao reconhecimento do valor e da exigibilidade do pagamento.

b) A programação orçamentária e financeira consiste na definição dos limites máximos de empenho e pagamento por grupo de despesa e fonte de recursos, sem necessidade de compatibilização com a receita prevista.

c) O empenho da despesa é o ato de pagamento do valor liquidado, mediante ordem bancária emitida diretamente pelo ordenador de despesa após homologação da prestação do serviço.

d) O planejamento da despesa orçamentária inclui a emissão da nota de empenho e a efetivação do pagamento, prescindindo de previsão legal ou dotação orçamentária específica.

e) A liquidação da despesa é o ato administrativo por meio do qual a Administração Pública reserva os recursos orçamentários para futura contratação, ainda sem a entrega do bem ou a execução do serviço.

147. A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada. Acerca dessa classificação, assinale o que consta corretamente

a) é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por função econômica de ação governamental nas três esferas de Governo

b) A classificação funcional é representada por seis dígitos.

c) Os três primeiros referem-se à função, enquanto os três últimos dígitos representam a subfunção

d) um órgão orçamentário ou uma unidade orçamentária não correspondem necessariamente a uma estrutura administrativa

e) A função “Encargos Especiais” engloba as despesas orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como pagamento de salários de servidores da SEFAZ-PI.

148. Na União, o subtítulo representa o menor nível de categoria de programação e será detalhado por esfera orçamentária (fiscal, seguridade e investimento), grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificador de resultado primário, identificador de uso e fonte de recursos, sendo o produto e a unidade de medida os mesmos da ação orçamentária. Sobre os componentes da programação física do Governo, assinale a alternativa correta

- a) a territorialização das metas físicas é expressa nos localizadores de gasto previamente definidos para a função
- b) No caso da vacinação de crianças, a meta sempre será centralizada pela quantidade de crianças a serem vacinadas ou de vacinas empregadas pelo Governo Federal (localizadores de gasto)
- c) Meta física é a quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, se for o caso, num determinado período e instituída para cada ano
- d) As metas físicas são indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo as respectivas funções.
- e) A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “elemento de despesa”.

149. Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte são classificadas como

- a) Juros e Encargos da Dívida
- b) Pessoal e Encargos Sociais
- c) Inversões Financeiras
- d) Outras despesas de capital
- e) outras despesas correntes

150. As descentralizações de créditos são utilizadas para execução de ações de responsabilidade do órgão, fundo ou entidade descentralizadora, efetuadas no âmbito do respectivo ente da Federação. Acerca desse mecanismo de gestão dos recursos públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) deve ocorrer o registro de receita e despesa intraorçamentárias nas descentralizações financeiras para execução do orçamento, inclusive nas descentralizações de créditos orçamentários efetuadas no âmbito do respectivo ente da Federação para execução de ações de responsabilidade do órgão, fundo ou entidade descentralizadora
- b) as descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
- c) Quando a descentralização envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão.
- d) Na descentralização, as dotações serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objetivo previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional e por programas.
- e) Não alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais (transferência/transposição).

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

151. Sobre a terminologia aplicada à contabilidade de custos, marque a assertiva correta:

- a) O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda e uma despesa.
- b) Perda improdutiva é o sacrifício patrimonial involuntário e normal.
- c) Investimento é o pagamento correspondente à aquisição de um bem ou serviço.
- d) Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.
- e) Os gastos posteriores à produção podem ser custos ou despesas.

152. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2021:

Compra de máquinas	R\$ 7.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 8.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 5.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 10.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 13.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 12.000,00
Despesa de vendas	R\$ 3.600,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2021.

- a) R\$ 23.000,00.
- b) R\$ 28.000,00.
- c) R\$ 31.000,00.
- d) R\$ 43.000,00.
- e) R\$ 50.000,00.

153. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 26.700,00.
- b) R\$ 27.300,00.
- c) R\$ 28.500,00.
- d) R\$ 28.800,00.
- e) R\$ 30.000,00

154. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

- Vendas 1.890.000
- Despesas Variáveis 1.215.000
- Despesas Fixas 360.000

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- a) 8.000.
- b) 10.000.
- c) 14.400.
- d) 12.200.
- e) 15.000.

155. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de agosto, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de agosto, em quantidade, foi de

- a) 55 unidades.
- b) 60 unidades.
- c) 65 unidades.
- d) 70 unidades.
- e) 75 unidades.

156. A Cia. industrial MAVIFOR incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2022:

- Matéria-prima consumida: R\$ 100,
- mão de obra direta: R\$ 300;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 80;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 120.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 550.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- a) R\$ 130 e R\$ 214.
- b) R\$ 214 e R\$ 130.
- c) R\$ 420 e R\$ 336.
- d) R\$ 336 e R\$ 420.
- e) R\$ 600 e R\$ 480.

157. Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de:

- a) R\$ 300,00.
- b) R\$ 200,00.
- c) R\$ 100,00.
- d) R\$ 400,00.
- e) R\$ 441,66.

158. Em relação ao tratamento contábil de subprodutos e sucatas, assinale a afirmativa correta.

- a) As sucatas são avaliadas pelo valor líquido de realização.
- b) A venda das sucatas é reconhecida como outras receitas operacionais.
- c) Os subprodutos são avaliados pelo custo histórico.
- d) Os subprodutos respondem por parcela significativa do faturamento.
- e) A venda de subprodutos é reconhecida como receitas operacionais.

159. A empresa MAVIFOR produz e vende unicamente o produto X. A margem de contribuição unitária de X sofreu um aumento do primeiro semestre para o segundo semestre de 2023. O que pode ter acontecido, mantendo-se constantes todas as outras variáveis?

- a) Redução do preço cobrado.
- b) Aumento do valor do aluguel da fábrica.
- c) Aumento da taxa linear de depreciação do equipamento da fábrica.
- d) Aumento da alíquota do imposto de renda do produto.
- e) Redução do custo da matéria-prima.

160. A Cia. MAVIFOR apresentou os seguintes saldos em 31/12/2021:

- Consumo de matéria prima no período: R\$ 7.700;
- Despesas de publicidade: R\$ 6.300;
- custos indiretos de fabricação: R\$ 4.490;
- saldo inicial do inventário de produtos acabados: R\$ 1.600;
- saldo final de inventário de produtos em processo: R\$ 1.380;
- saldo inicial do inventário de produtos em processo: R\$ 1.800;
- saldo final do inventário de produtos acabados: R\$ 1.000;
- mão de obra direta consumida no período: R\$ 7.440.

Qual é o valor da Custo da Produção Acabada no período?

- a) R\$ 20.650.
- b) R\$ 20.050.
- c) R\$ 19.630.
- d) R\$ 18.630.
- e) R\$ 20.230.

Estudo de Caso 1

A empresa Prime Engenharia Ltda., sediada no Estado do Piauí, realizou, no mês de setembro de 2026, as seguintes operações:

1. Venda interestadual, intermediada por internet, de mobiliário residencial (bens móveis) para consumidor final localizado em Recife, Pernambuco, com entrega no endereço do destinatário;
2. Venda de veículo anteriormente utilizado pela empresa, com retirada do bem no município de Recife (PE), e utilização efetiva na cidade de Olinda (PE), domicílio do adquirente;
3. Prestação de serviços de engenharia realizados à distância para cliente localizado em São Paulo;
4. Fornecimento oneroso de licença de software para o uso exclusivo em imóvel locado pela própria empresa;
5. Aluguel de imóvel residencial a pessoa física, classificado como domicílio principal, como habitação permanente, que foi desclassificado em fiscalização posterior;
6. Venda de bens pela internet, com entrega em Fortaleza (CE), município em que a alíquota municipal não havia sido informada ao Comitê Gestor do IBS.

Considerando a situação descrita e a legislação aplicável ao IBS, conforme a **Emenda Constitucional nº 132/2023** e a **Lei Complementar nº 214/2025**, responda fundamentadamente:

- a) Em relação às operações 1, 2 e 6, indique qual o local da operação para fins de incidência do IBS.
- b) Na operação 5, o que caracteriza o conceito de habitação permanente? Quais são as consequências legais e fiscais do indevido enquadramento do imóvel como habitação permanente?
- c) Na operação 4, trata-se de bem móvel imaterial vinculada ao imóvel. Essa operação gera incidência do IBS, e se sim, qual seria o local de operação a ser considerado? Haveria diferença no local de operação se fosse uma licença não vinculada ao imóvel, fornecida em caráter gratuita? Fundamente com base na legislação.
- d) Na operação 3, tratando-se de serviço prestado à distância, qual o local da operação e o tratamento do IBS? A resposta seria diferente se fosse um serviço presencial?
- e) O que compõe e o que não compõe a base de cálculo do IBS? Indique exemplos expressamente excluídos por lei.
- f) Como se apura a alíquota final aplicável à operação?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

A empresa Socambalacho Ltda. atua no ramo de importação de GPS. Em janeiro de 2013, em cumprimento ao plano semestral de auditorias programadas da Receita Federal do Brasil, a empresa foi regularmente intimada a apresentar, como objeto da ação fiscal, os documentos e livros fiscais restritos ao ano de 2011. Iniciou-se, de na oportunidade, uma operação "pente-fino" exclusivamente no que tange à tributação do imposto de importação (objeto da investigação).

A vista da fiscalização em curso, a empresa, espontaneamente, confessou:

(I) os débitos do imposto de importação do ano de 2010, tendo formulado, junto à repartição fiscal, parcelamento dos valores devidos;

(II) o descumprimento de obrigações instrumentais referentes à entrega de arquivos EFD (escrituração fiscal digital); e

(III) o não adimplemento de imposto sobre a renda, declarado na DIPJ 2011, com pagamento integral.

Considerando o previsto no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, disserte sobre o conceito e efeitos da confissão espontânea, manifestando-se, ainda, sobre a procedência das denúncias apresentadas pela empresa Socambalacho espontâneas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
